

ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO MUNICÍPIO DE PARANAÍTA, ESTADO DE MATO GROSSO, BRASIL

Ana Luisa Araujo de OLIVEIRA¹
Sonia Maria Pessoa Pereira BERGAMASCO²

¹Engenheira Agrônoma, Mestra em Engenharia Agrícola, área de concentração Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, aluisamt@gmail.com

²Engenheira Agrônoma, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas e Professora Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, sonia@feagri.unicamp.br

Recebido em: 25/05/2014 - Aprovado em: 30/06/2014 - Disponibilizado em: 30/07/2014

Resumo: A implementação e o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar constituem-se em importante estratégia para o desenvolvimento deste segmento no meio rural brasileiro. Diante disso, este artigo tem o objetivo de analisar os efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto à agricultura familiar do Município de Paranaíta, Norte do Estado de Mato Grosso. Para tanto foram levantados dados quantitativos e qualitativos, por meio de fontes primárias e secundárias, obtidos junto à associação participante do programa, as secretarias municipais envolvidas, entre outros atores sociais envolvidos na implementação e desenvolvimento do Programa. Os resultados evidenciam que a aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo PAA tem incrementado a renda dos agricultores participantes do Programa em Paranaíta, além de atender número considerável de consumidores beneficiários e diversificar a alimentação escolar, inserindo novos produtos ao cardápio. No entanto, apesar do bom êxito do PAA, o Programa ainda está restrito a poucos agricultores, necessitando de um trabalho intensivo de extensão rural para inserir um número maior de agricultores familiares.

Palavras-chave: Política pública. Agricultura familiar. Desenvolvimento rural. Alimentação escolar. Extensão rural.

Abstract: The implementation and development of policies targeting family farms constitute an important strategy for the development of this segment in the Brazilian countryside. Therefore, this article aims to analyze the effects of the Food Acquisition Program (PAA) near the family farm in the Municipality of Paranaíta, North of Mato Grosso. For both quantitative and qualitative data were collected through primary and secondary sources, obtained from the participating organization of the program, the municipal departments involved, among other social actors involved in the implementation and development of the program. The results show that the acquisition of food from family farms by PAA has increased the income of farmers participating in the program Paranaíta, besides meeting considerable number of beneficiaries and consumers diversify school feeding, inserting new products to the menu. However, despite the success of PAA, the program is still restricted to a few farmers, requiring an intensive rural extension work to insert a larger number of farmers.

Keywords: Public policy. Family farming. Rural development. School feeding. Agricultural extension.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da agricultura no Estado de Mato Grosso, semelhante ao restante do Brasil, tem como principal referência o modelo introduzido a partir da Revolução Verde, fundamentado no uso de tecnologias agressoras ao meio ambiente e em grandes latifúndios.

Apesar da presença e da importância da agricultura familiar, durante o período de

modernização da agricultura no país, as políticas públicas foram voltadas a reprodução de processos de desenvolvimento com ênfase no urbano e no industrial. Sendo assim, no que concerne ao espaço rural, as políticas de crédito privilegiaram os produtores ligados ao agronegócio, não havendo disponível nenhuma política específica que atendesse as

necessidades particulares da agricultura familiar ou que se adequasse à sua realidade.

Alias, conforme Belik (2000), não havia o conceito de agricultura familiar, sendo este considerado "mini-produtor" para efeito de enquadramento no Manual de Crédito Rural, e além do produtor familiar disputar o crédito com os demais produtores, ainda era obrigado a seguir a mesma rotina bancária para obter um empréstimo que tinha o perfil voltado para os grandes produtores.

As políticas públicas voltadas para este segmento de produtores rurais no Brasil são relativamente recentes. Schneider *et al.* (2004) e Mattei (2006) afirmam que até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares.

Em 1988, com a promulgação da Constituição, ocorreu um reordenamento do Estado brasileiro e ao se primar pela descentralização das ações estatais, foram introduzidos mecanismos de gestão social das políticas públicas, visando democratizar o acesso dos beneficiários aos recursos públicos (MATTEI, 2006). A partir de então, atendendo a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais criou-se o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

A criação deste programa representou o reconhecimento e a legitimação por parte do

Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (MATTEI, 2006).

Porém, foi somente alguns anos mais tarde que, no contexto das políticas públicas direcionada à agricultura familiar com ênfase na segurança alimentar e nutricional foi criado, com a Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e, em 2009, com a Lei 11.947, criou-se um elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local e regional por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

A implementação e o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar constituem-se em importante estratégia para o desenvolvimento deste segmento no meio rural brasileiro e, diversos estudos, realizados em diferentes regiões do Brasil, têm apontado que elas têm contribuído para o surgimento de um novo rural brasileiro, possibilitando que este segmento da agricultura expresse suas potencialidades (SCHNEIDER *et al.*, 2004; VIEIRA *et al.*, 2010; GRISA *et al.*, 2010; CONTI & ROITMAN, 2011; VIANA & VIEGAS, 2012). Diante disso, este artigo tem por objetivo analisar os efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto à

agricultura familiar do Município de Paranaíta, Norte do Estado de Mato Grosso.

O Programa de Aquisição de Alimentos

Tendo como ênfase a segurança alimentar e nutricional, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012.

O PAA é uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero e é resultado da confluência de dois importantes debates ocorridos no Brasil na década de 1990, a segurança alimentar e nutricional e o reconhecimento da agricultura familiar (GRISA *et al.*, 2010). Deste modo, o Programa possui em uma extremidade o objetivo de promover a inclusão social no campo fortalecendo a agricultura familiar e, em outra extremidade, objetiva garantir às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessária, confirmando o que Schmitt (2005) aponta, o PAA integra a política de segurança alimentar e nutricional e a política agrícola.

Além dos objetivos explícitos do programa, Becker *et al.*, (2009, p. 8) afirmam que, “*existem outros que se encontram implícitos, como a distribuição de renda, a circulação de dinheiro na economia local, a exploração mais racional do espaço rural, o*

incentivo à agrobiodiversidade e a preservação da cultura alimentar regional”.

A aquisição de alimentos da agricultura familiar via PAA prevê preços mais justos e dispensa de licitação. E, o público apto a fornecedor para o programa, é composto pelos agricultores familiares, assentados de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, e todos aqueles que atendem os requisitos previstos no artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Os alimentos adquiridos por meio do PAA podem ser destinados à formação de estoques governamentais e/ou ao consumo de pessoas atendidas por programas sociais e instituições governamentais ou não governamentais integrantes da rede socioassistencial, tais como: escolas, associações beneficentes, associações comunitárias, creches, asilos e outras (BRASIL, 2011).

De acordo com o Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, a operacionalização do PAA ocorre através de um Grupo Gestor coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com representações de mais cinco Ministérios como integrantes, sendo eles: Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério da Educação (BRASIL, 2012).

A fonte de recursos para o desenvolvimento do Programa é proveniente do MDS e do MDA, porém o responsável pela execução é a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), os Estados e os Municípios.

Atualmente a execução do PAA ocorre em cinco modalidades, sendo elas: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Apoio à Formação de Estoques e Compra Institucional.

Passado mais de uma década após sua implementação, os recursos destinados à execução do PAA têm sido incrementados a cada ano. Entre os anos de 2003 e 2012, foram investidos mais de 2,5 bilhões de reais no Programa e, o valor aplicado em 2012 atingiu o patamar de R\$ 586 milhões, o que significa um incremento de 713% em relação a 2003.

A expansão dos recursos investidos no Programa, além de aumentar o número de agricultores familiares beneficiários, tem como consequência a ampliação do número de pessoas e entidade atendidas, assim como a quantidade de alimentos adquiridos em nível nacional (Tabela 01).

Tabela 1 – Número de famílias e montante de recursos na execução do PAA/Conab no período de 2003 a 2012 no Brasil*.

Ano	Brasil	
	Famílias	Recursos (R\$)
2003	41.341	81.541.207
2004**	49.792	107.185.826
2005	51.975	112.791.660

2006	86.476	200.954.580
2007	92.372	228.352.967
2008	91.622	275.953.725
2009	98.340	363.381.941
2010	94.395	379.735.466
2011	106.600	451.036.204
2012	128.804	586.567.131
Total	841.717	2.787.500.707

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da Conab.
* Informações referentes às execuções realizadas pela Conab.

Neste cenário o Estado de Mato Grosso, de modo geral, tem acessado cada vez mais o programa beneficiando um número crescente de famílias agricultoras (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de famílias e montante de recursos na execução do PAA/Conab no período de 2003 a 2012 no Estado de Mato Grosso*.

Ano	Mato Grosso	
	Famílias	Recursos (R\$)
2003	865	1.757.587
2004**	144	262.588
2005	1.348	2.851.089
2006	1.437	3.012.600
2007	1.764	4.887.860
2008	1.961	5.982.860
2009	1.556	4.587.963
2010	3.038	10.448.230
2011	3.006	11.349.325
2012	4.587	19.496.757
Total	19.706	64.636.859

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da Conab.
**Conforme depoimento oral, em 2004 houve um erro de coleta nos dados referentes ao Estado de Mato Grosso.

Apesar dos números apresentados demonstrarem evolução do Programa nas esferas estadual, regional e federal, ainda encontram-se inferiores à demanda, considerando a quantidade de estabelecimentos familiares existentes no Brasil, tendo em vista que o Censo

Agropecuário de 2006 identificou 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, sendo que 86.167 estão no Estado de Mato Grosso (BRASIL, 2009).

Por outro lado, Viana & Viegas (2012) destacam que o PAA vem atingindo seus principais objetivos, contribuindo para a geração de renda e sustentação de preços aos agricultores familiares, além de promover a segurança alimentar e nutricional das populações em situação de insegurança alimentar.

Como principais contribuições do Programa à agricultura familiar, Vieira *et al.* (2010), com base em estudos de casos realizados em diferentes regiões do Brasil, destacam o incremento de recursos neste segmento da agricultura; aumento da renda dos agricultores; diversificação da produção de alimentos; ampliação da área cultivada; redução da dependência dos agricultores em relação aos intermediários; e o melhor atendimento das populações carentes em creches, escolas, hospitais, entre outras instituições, com melhoria significativa na quantidade e qualidade dos alimentos das instituições beneficiadas.

Além dos itens apontados, Grisa *et al.* (2010) destacam a alteração da matriz produtiva e de consumo dos beneficiários; a articulação entre a produção e o consumo; a elevação dos preços; a garantia de mercado; a criação de novos mercados e o resgate e

fortalecimento de práticas e produtos tradicionais e regionais.

METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado nos anos de 2012 e 2013, no município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, a 880 km da capital, Cuiabá.

Para uma melhor adequação do método à pesquisa realizada, optou-se por utilizar métodos quantitativos e qualitativos, os quais segundo Minayo (1999) se diferenciam não só pela sistemática própria de cada um, mas também pela forma de abordagem do problema e, acabam se complementando dentro de uma pesquisa.

Além disso, a coleta de dados ocorreu por meio de fontes de dados primários e secundárias, de modo que as fontes de dados primários são as que se constituem no foco de análise do pesquisador e ocorre quando o pesquisador coleta os dados direto (na fonte originária). Já as fontes de dados secundários são as que se constituem em um agente intermediário entre o foco da análise e o pesquisador, ocorrendo quando o pesquisador utiliza fontes de dados já existentes (VIEIRA NETO, 2004).

As fontes de dados secundários possibilitaram o conhecimento prévio da realidade local, bem como uma melhor discussão dos resultados levantados em campo.

Posterior à coleta de dados secundários, foram coletados os dados primários junto às instituições responsáveis pela implementação e desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Paranaíta-MT (Associação, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Educação, entre outras). O levantamento de dados foi realizado por meio de entrevista com roteiro.

Depois de realizada a coleta de dados em campo, foi realizada uma sistematização dos dados a fim de apresentá-los.

As tabulações dos dados quantitativos permitiram a elaboração de tabelas e gráficos. Sendo que esta forma de apresentação, de acordo com Vieira Neto (2004), permite a síntese dos resultados, obtendo o máximo de esclarecimentos com um mínimo de espaço e tempo e permitindo uma leitura rápida e global dos fenômenos estudados.

Os dados qualitativos foram primordiais para a compreensão e análise da implementação e desenvolvimento do PAA em Paranaíta-MT.

Durante todas as atividades de campo foram utilizados recursos audiovisuais (máquina fotográfica e gravador de voz) para registro de vários aspectos pertinentes à coleta de dados, sendo que o uso desses recursos ocorreu somente mediante autorização dos entrevistados. Utilizou-se, também, o caderno de campo para anotações de informações relevantes à pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No município de Paranaíta, o primeiro acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos ocorreu no ano de 2010 e, a partir de então, tem sido acessado na modalidade Compra com Doação Simultânea, por agricultores familiares tradicionais e assentados da reforma agrária por meio da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Paranaíta-MT.

No município, em 2011, o programa foi acessado por 36 agricultores, sendo 38,90% mulheres e a mesma porcentagem de agricultores familiares assentados de reforma agrária. Em 2012, apesar de ter havido o mesmo número de agricultores participantes do PAA no município (total de 36 agricultores), o percentual de mulheres e assentados de reforma agrária reduziu para 36,11%.

No ano de 2013, a proposta de participação ao PAA estava para ser enviada à Conab somente em setembro e com a troca de presidente da Associação, havia a proposta de contratar um contador que ficasse responsável por toda a parte burocrática do acesso ao PAA. Porém, até a data da última visita de campo (19/09/2013) não havia se materializado a contratação desse profissional e o projeto não havia sido enviado.

Nos anos de 2011 e 2012, o desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos beneficiou, enquanto consumidores dos alimentos oriundos da

agricultura familiar, sete entidades, sendo elas, escolas da rede pública estadual e municipal de ensino localizadas no meio urbano e rural, creches e associações beneficentes, além de

Produtos	Peso (Kg)	Total Recebido (R\$)
Abacaxi pérola	12,00	18,00
Abóbora	37,00	48,10
Alface americana	5.230,00	6.276,00
Almeirão	30,00	36,00
Banana da terra, Nanica e maçã	514,80	697,41
Batata doce	289,00	375,70
Cebolinha verde	920,00	644,00
Coco verde	3.404,00	2.382,80
Couve manteiga	3.404,00	4.084,80
Laranja	637,00	637,00
Mandioca	4.032,00	3.174,40
Melancia	1.500,00	1.094,80
Melão amarelo	26,00	44,00
Pepino comum	835,00	1.001,70
Repolho verde	537,50	645,00
Salsa	473,00	331,10
Tangerina Ponkan	554,00	554,00
Tomate longa vida	1.080,00	2.160,00
Vagem macarrão	355,00	710,00

famílias carentes que recebem os produtos via Secretaria Municipal de Ação Social.

De acordo com Oliveira (2014), o bom andamento do PAA neste município deve-se, principalmente, ao fortalecimento da parceria entre a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Paranaíta e a Secretaria Municipal de Agricultura, além da efetiva participação da Secretaria de Ação Social, Secretaria de Educação e Prefeitura Municipal.

Além disso, no município os consumidores beneficiários são em média 35% da população total e 100% da população que frequenta escola ou creche (o Censo Demográfico de 2010 aponta que 3.114 pessoas de Paranaíta frequentam creche ou escola).

Além disso, como impacto positivo destaca-se a maior diversidade na alimentação escolar inserindo no cardápio produtos regionais e outros que não faziam parte da alimentação anteriormente ao PAA no município, por exemplo, cupuaçu e palmito de pupunha, para o primeiro caso e a maior diversidade de frutas, no segundo caso, de modo que este fato contribuiu para a criação de novos hábitos alimentares pela população beneficiária. Na Tabela 3 é possível observar a diversidade de produtos vegetais oriundos da agricultura familiar do município de Paranaíta-MT.

Tabela 3 – Produtos oriundos da agricultura entregues ao PAA no município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, 2012.

Fonte: Associação dos Pequenos Produtores Rurais e a Secretaria Municipal de Agricultura de Paranaíta, MT, 2012.

Além do destaque para os produtos vegetais, com evidência para o fornecimento de produtos para o PAA em Paranaíta encontra-se a principal atividade econômica presente no município, a pecuária e criação de outros animais fornecendo cinco produtos e respondendo por 7,13% da quantidade (kg) fornecida em 2012 (Tabela 4).

Tabela 4 – Produtos oriundos da pecuária entregues ao PAA no município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, 2012.

Produtos	Peso (Kg)	Total Recebido (R\$)
Carne de frango semi-caipira	541,00	3.246,00
Carne suína	918,00	5.508,00
Carne ovina	420,50	3.439,70
Ovos	346,00	1.038,00

Peixe congelado	255,00	1.530,00
-----------------	--------	----------

Fonte: Associação dos Pequenos Produtores Rurais e a Secretaria Municipal de Agricultura de Paranaíta, MT, 2012.

Merece destaque também, a grande quantidade de produtos de preparo caseiro como os pães, bolos, doces e bolachas (Tabela 5).

Tabela 5 – Produtos oriundos da agroindustrialização da agricultura familiar entregues ao PAA no município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, 2012.

Produtos	Peso (Kg)	Total Recebido (R\$)
Bolacha caseira	957,50	4.787,50
Bolo caseiro	1694,00	8.825,80
Doce de leite pastoso	479,00	2.874,00
Pão caseiro	3346,00	16.960,00
Palmito descascado de pupunha	1358,50	3.682,50
Polpa de cupuaçu e polpa acerola	607,00	3.035,00

Fonte: Associação dos Pequenos Produtores Rurais e a Secretaria Municipal de Agricultura de Paranaíta, MT, 2012.

No município de Paranaíta, o Programa de Aquisição de Alimentos tem permitido a inserção de toda família ao processo produtivo, visto que, a maioria dos beneficiários dessa política pública não contratam mão de obra e utilizam somente o trabalho familiar.

Semelhante ao que aconteceu em outras regiões onde o PAA foi implementado (VIEIRA *et al.*, 2010; NASCIMENTO NETO, 2012; ANDRADE *et al.*, 2012; CAMARGO *et al.*, 2013), a aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo Programa tem incrementado a renda dos agricultores participantes em Paranaíta-MT, além de

resgatar o desejo de permanecer no lote e estimular a permanência dos agricultores em sua atividade profissional no campo, reduzindo o êxodo rural e tornando possível um equilíbrio entre a população rural e urbana. Dessa forma, o PAA configura-se como um novo mercado consumidor de produtos alimentícios deste segmento da agricultura, que antes comercializava apenas nos supermercados e feiras da região.

No entanto, apesar do bom êxito do PAA em Paranaíta, ao considerar o número de estabelecimentos familiares presentes no município (1.681 estabelecimentos, representando 83,22% do total), é possível afirmar que o acesso ao Programa ainda está restrito a poucos agricultores, necessitando de um trabalho mais intensivo de Ater para inserir um número maior de agricultores familiares.

CONCLUSÕES

Conforme o resultado da pesquisa evidencia-se que, a aquisição de alimentos da agricultura familiar via PAA tem incrementado a renda dos agricultores participantes do Programa em Paranaíta-MT. Além disso, o Programa de Aquisição de Alimentos, nos anos de 2011 e 2012, atendeu grande número de consumidores beneficiários e tornou possível a diversificar da alimentação escolar inserindo novos produtos ao cardápio.

Uma vez que Paranaíta está localizada distante de um centro produtor e muitos produtos são abastecidos nos supermercados

locais por grandes distribuidoras distantes do município – por exemplo, as Centrais de Abastecimento de alimentos –, o PAA, juntamente com o PNAE, nos anos de 2011 e 2012 contribuiu para assegurar a qualidade de alguns produtos que, muitas vezes, não é encontrada no comércio local.

No entanto, apesar dos bons resultados do PAA, em 2013, até o mês de setembro, não havia se materializado o acesso ao Programa, além disso, nota-se que ele ainda está restrito a poucos agricultores, necessitando de um trabalho intensivo de extensão rural para inserir um número maior de agricultores familiares.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. R. P. de; OLIVEIRA, J.T.A.; OLIVEIRA, E. S.. Implicações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos assentamentos rurais de Araras/SP. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 50. 2012, Vitória. *Anais...* Vitória: UFES, 2012.

BECKER, C.; ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Políticas públicas estruturantes e segurança alimentar: o caso do PAA. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. 47, 2009, Porto Alegre, *Anais...* Porto Alegre: UFRRGS, 2009.

BELIK, W. PRONAF: Avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO da SILVA, J. (Orgs.). *O Novo Rural Brasileiro – Políticas Públicas*. Jaguariúna: Embrapa, 2000. p. 93-116.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios – Resultado da amostra*. Rio de Janeiro, 2011, CD-ROM.

BRASIL. *Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar Primeiros Resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 365p, CD-ROM.

BRASIL. MDS. *O Que é o PAA?*. 2011. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=notas. Acesso: 21 ago. 2012.

BRASIL. Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012: Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa 933

de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em: 06 nov. 2013.

CAMARGO, E. A. O. M.; GOMES, R. R. S.; MEIRA, B. C.; BORSATTO, R. S. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento de fortalecimento de Assentamentos rurais: o caso do assentamento 23 de Maio, Itapetininga, Estado de São Paulo. *Informações Econômicas*, SP, v. 43, n. 1, jan./fev. 2013.

CONTI, B. M.; ROITMAN, F. B. Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. 2011. *Revista do BNDES*, n. 35. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3504.pdf>. Acesso em 02 set. 2012.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, n. 13 p. 137-170, 2010.

MATTEI, L. *PRONAF 10 anos*: Mapa da Produção Acadêmica. Brasília: MDA, 2006.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

OLIVEIRA, A. L. A. *Políticas públicas para agricultura familiar*: uma análise a partir do projeto de assentamento São Pedro, Município de Paranaíta-MT. 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SCHMITT, C.J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. *Revista de Política Agrícola*, Ano XIV, n. 2, p. 78-88, 2005.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

VIANA, C. A. S.; VIEGAS, G. L. *PAA – Evolução das operações*. 2012. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_04_25_14_41_24_analise_do_934>

paa-_2003_a_2011.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2012.

VIEIRA, N. S.; FARIA, A. F.; ROSA, P. F. Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Agricultura Familiar: uma análise de experiências no Brasil. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 4, 2010, Lavras, *Anais...*

Lavras: Rede de Pesquisadores em Gestão Social, 2010.

VIEIRA NETO, P. *Estatística Descritiva: Conceitos Básicos*. 2004. Disponível em: <http://uni.educacional.com.br/up/59960001/3103751/Apos_Est_I_Fev04_C1.pdf>. Acesso em: 17 set. 2012.